



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – UFFS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM LICENCIATURA EM FILOSOFIA
CAMPUS ERECHIM**

MICHELE ANDRESSA WINTER

EDUCAÇÃO ESTÉTICA EM FRIEDRICH SCHILLER

ERECHIM 2020

MICHELE ANDRESSA WINTER

EDUCAÇÃO ESTÉTICA EM FRIEDRICH SCHILLER

Trabalho de conclusão de curso apresentado à UFFS, *Campus* Erechim, como requisito para a obtenção do título de Licenciada em Filosofia, sob a orientação da Professora Dr^a. Joice Beatriz da Costa.

ERECHIM 2020

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

Campus Erechim

ERS 135 - Km 72, 200

Zona rural

CEP: 99700-970

Caixa Postal 764

Erechim- RS

Brasil

Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Winter, Michele Andressa
Educação Estética em Friedrich Schiller / Michele
Andressa Winter. -- 2020.
53 f.:il.

Orientadora: Doutora Joice Beatriz da Costa

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) -
Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de
Licenciatura em Filosofia, Erechim, RS, 2020.

1. Kant. 2. Schiller. 3. Moral. 4. Estética. 5.
Liberdade. I. Costa, Joice Beatriz da, orient. II.
Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.

MICHELE ANDRESSA WINTER

"EDUCAÇÃO ESTÉTICA EM FRIEDRICH SCHILLER"

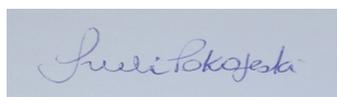
Trabalho de Conclusão de Curso de graduação
apresentado como requisito para obtenção de
grau de Licenciado em Filosofia da
Universidade Federal da Fronteira Sul.

Este trabalho de conclusão de curso foi definido e aprovado pela banca em: 16/04/2020.

BANCA EXAMINADORA



Profa. Dra. Joice Beatriz da Costa Orientadora



Profa. Me. Sueli Pokojeski
Membro



Prof. Dr. Thiago Soares Leite
Membro

Dedico a minha filha Sofia,
aos meus pais, meus familiares
e amigos que sempre
me apoiaram e incentivaram.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao empenho e incentivo dos meus professores e de alguns amigos, para realizar este trabalho, e embora este ainda não esteja de acordo com o almejado por mim, ele é sem dúvida uma superação de muitas das minhas dificuldades enquanto pessoa.

Assim como um organismo pode adoecer, definhar, porque em sua química falta um determinado elemento, uma matéria de vida, uma vitamina, da mesma maneira talvez nossa economia de vida, o organismo de nossa sociedade esteja necessitando urgentemente justo deste algo indispensável, deste elemento Schiller.

Thomas Mann

RESUMO

Esse trabalho visa analisar a concepção de educação moral ancorada na educação estética de Friedrich Schiller. Para tal, partiremos da análise dos conceitos de *moralidade* e de *liberdade* na obra *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*, bem como do conceito de *juízo estético* na *Crítica do Juízo do Gosto*, ambas de Immanuel Kant. Ao final da primeira parte, teremos presente a relação entre a moralidade e o juízo estético kantiano. A seguir, analisaremos os conceitos de *juízo estético*, *liberdade*, *moralidade* e *natureza* nas obras *A Educação Estética do Homem*, *Kallias ou Sobre a Beleza* e *Do Sublime ao trágico* de F. Schiller com o intuito de realizar um confronto dessas concepções entre F. Schiller e I. Kant. Kant analisa a própria razão; Schiller se desafia a clarear as conturbadas distorções que a racionalidade projetava na expressão da estética e da arte. O estudo deste tema tem sua importância, considerando que, no caminho pelo conhecimento na Filosofia, busca-se sempre o entendimento de todas as faculdades humanas. Para Kant (2000), a *faculdade do juízo* opera apenas como uma ferramenta reflexiva entre a razão e o entendimento. Schiller (1989) considera que, para que o homem se torne racional, terá que ser primeiramente sensível, estético. O estudo denota a inquietação dos autores e da sociedade na investida de elucidar questões que não haviam sido resolvidas em sua totalidade. Schiller, neste contexto, vislumbra uma harmonia entre a *razão* e a *sensibilidade* e, retomando Kant, com a liberdade e sua relação com a moral. A metodologia deste estudo é bibliográfica e com pesquisa teórica, buscando autores que embasem os conhecimentos frente a estes dois autores e seus estudos.

Palavras chave: Kant. Schiller. Moral. Estética. Liberdade.

ABSTRACT

This work aims to analyze the concept of moral education anchored in Friedrich Schiller's aesthetic education. To this end, we will start from the analysis of the concepts of morality and freedom in the work *Groundwork of the Metaphysics of Morals*, as well as the concept of aesthetic judgment in the *Critique of the Judgment of Taste*, both by Immanuel Kant. At the end of the first part, we will bear in mind the relationship between morality and Kantian aesthetic judgment. Next, we will analyze the concepts of aesthetic judgment, freedom, morality and nature in the works on the *Aesthetic Education of Man*, *Kallias letters* or *About Beauty and Of the Sublime and On the Tragedy* by F. Schiller in order to carry out a confrontation of these conceptions between F. Schiller and I. Kant. Kant analyzes reason itself, Schiller, challenges himself to clarify the troubled distortions that rationality projected in the expression of aesthetics and art. The study of this theme has its importance, considering that, in the path through knowledge in Philosophy, the understanding of all human faculties is always sought. For Kant (2000), the faculty of judgment operates only as a reflexive tool between reason and understanding. Schiller (1989) considers that, for man to become rational, he must first be sensitive, aesthetic. The study denotes the concern of the authors and society in the onslaught to elucidate issues that had not been fully resolved. Schiller, in this context, envisions a harmony between reason and sensitivity and, retaking Kant, with freedom and its relationship with morality. The methodology of this study is bibliographic and with theoretical research, looking for authors to base the knowledge in front of these two authors and their studies.

Keywords: Kant. Schiller. Moral. Aesthetics. Freedom.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagem 1 - <i>Caminhante sobre o mar de névoa</i>	27
Imagem 2 - <i>Naufração de um Cargueiro</i>	36

SUMÁRIO

1. Introdução	12
2. Immanuel Kant	18
2.1 Sobre <i>moralidade, liberdade e juízo estético</i>	18
2.2 Relação entre <i>moralidade e juízo estético</i>	21
2.3 Conclusão parcial.....	25
3. Friedrich Schiller	26
3.1 Sobre <i>liberdade e moralidade</i>	29
3.2 O conceito de <i>belo e de sublime</i>	34
3.3 Conclusão parcial.....	37

4. Kant e Schiller sob um olhar moral estético	40
4.1 Sobre F. Schiller e I. Kant – breve balanço	45
5. Considerações finais	49
6. Referências Bibliográficas	51

1. Introdução

A temática da *moralidade, beleza e estética* nos remete a compreender a sociedade atual a partir da evolução do pensamento filosófico com as teorias elaboradas por Immanuel Kant e Friedrich Schiller. No contexto em que se desenvolvia a sociedade, no período desses pensadores, era necessário repensar a maneira como o ser humano se expressava e como a racionalidade e a sensibilidade eram necessárias para o equilíbrio da existência. Parece-nos que hoje, novamente, temos essa realidade a ser repensada pela filosofia.

Esse estudo tem por objetivo investigar, de modo introdutório, a educação estética de Schiller. Para tal, faz-se necessário iniciar por uma de suas grandes influências teóricas: Kant, para, posteriormente, fazermos um contraponto entre esses dois autores, analisando algumas de suas obras e a relevância das mesmas para a construção da racionalidade e da significância da expressividade artística.

Schiller, ao estudar a estética, elaborou uma série de cartas, intituladas: *Educação Estética do Homem*. Nelas ele nos convida a pensar a partir de um estudo social, para buscar soluções para os males e sofrimentos do ser humano de sua época, despertando particular interesse na arte. Tendo a medicina e seus conhecimentos como formação, é um conhecedor das particularidades humanas, dos comportamentos e das relações do homem com seu meio.

As *Cartas* de Schiller ressoam no contexto da época como um clarão em meio às trevas e males sociais e, junto a Kant, dedicaram seu tempo, para estudar e refletir entre outras temáticas, sobre a tarefa da Estética.

Schiller, ao estudar a teoria e os conceitos kantianos, os aprofunda e analisa um dos conceitos clássicos da estética desde a antiguidade greco-romana: o conceito de o *belo*. Também retomará o conceito de sublime, como um dos pilares da sua Estética. Enquanto Kant reporta o *belo* à *razão teórica*, ao *juízo*, Schiller o reporta à *razão prática*, ligada às ações (BAYER, 1995, p. 296). Kant sugestiona o *belo* como símbolo da *moralidade*, e Schiller a observa como um impulso vindo na *beleza* esse exemplo.

Este estudo objetiva analisar o pensamento de Schiller na concepção da passagem do homem do estado sensível estético ao estado moral. Schiller encontra na obra *Crítica do Juízo do Gosto*, de Kant, a possibilidade de reaver a concepção estética da época.

Para desenvolver este estudo realizou-se uma pesquisa bibliográfica com base nas obras dos dois principais autores e de alguns comentadores.

O estudo deste tema, primeiramente, se dá pelo interesse pessoal; possuímos mais afinidades com determinados assuntos do que com outros e essas afinidades surgem a partir de características próprias deste interesse pessoal. Deste modo, o conteúdo estético e, em especial, a proposta de Schiller em relação a uma educação estética nos despertou profundo interesse em pesquisar sobre a relação que pode existir entre a objetivação o *belo* na arte e a *educação moral* do homem.

Notoriamente a arte desenvolve habilidades provenientes da sensibilidade, que advém da prática de qualquer tipo de arte, mas tornar-se moral a partir da concepção de *beleza* é um fato muito intrigante. Deste modo, busca-se investigar aqui se há possibilidade de o ser humano tornar-se moral através da educação estética. A pergunta filosófica, que guiará nossa pesquisa é: *Há possibilidade do ser humano tornar-se moral a partir da educação estética?*

Torna-se relevante o estudo deste tema em virtude de que, no caminho pelo conhecimento na Filosofia busca-se sempre o entendimento de todas as faculdades humanas.

Na especificação de uma dessas faculdades humanas, Kant, em sua obra *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*, tratava de *imperativos categóricos* para uma fundamentação da *moralidade*, sendo: “*haja de tal forma que a tua ação possa se torna um princípio universal*” (KANT, *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*, 1980c, p.129.) Em relação a isto, Schiller propõe a possibilidade de o ser humano atingir a *moralidade* através da *sensibilidade*, perpassando de modo natural do estado físico ao estado estético ao passo que pode se tornar moral¹.

Desta forma, objetivando analisar se há possibilidade de o ser humano tornar-se moral através da educação estética, faremos uma análise dos conceitos de *moralidade e liberdade* encontrados no pensamento de Kant em sua obra *Fundamentação da Metafísica dos Costumes* e do conceito de *juízo estético* na *Crítica do Juízo do Gosto*. Este primeiro olhar se faz necessário, pois, Kant é um grande influenciador do pensamento de Schiller, este, por sua vez, encontra em Kant a possibilidade de resgatar a estética e firmar seus ideais construídos e defendidos durante toda uma vida.

¹ Kant, em uma passagem na *Fundamentação da Metafísica dos Costume*, afirma que “a moralidade é a única condição que pode fazer de um ser racional um fim em si mesmo; a moralidade, e a humanidade, enquanto capaz de moralidade, são as únicas coisas que têm dignidade” (KANT, 1980c, p.140).

Em sequência, analisaremos as ideias de Schiller no que se referem ao *juízo estético, liberdade, natureza e moralidade*. O pensamento de Schiller pode trazer muitas contribuições para os avanços nos estudos estéticos bem como na Filosofia e, conseqüentemente, para a moralidade. A proposta schilleriana foi algo totalmente novo em sua época, surgindo de uma vontade de reconstruir a estética juntamente com uma indignação extrema em relação à situação política da época. Ainda hoje a educação estética de Schiller é um tema pouco debatido, embora possua muito a ser explorado, e por esta razão a relevância de estudá-lo.

Ao longo do tempo, novas percepções sobre um mesmo tema vão surgindo e questões que antes não eram compreendidas ou não conseguíamos explicar, com o passar do tempo, e sob novas perspectivas, podem ser reavaliadas. O que se busca neste estudo é verificar se há *a possibilidade de uma moralidade através da Estética*.

Schiller buscou se aprimorar e se ocupar com a ligação que há entre a razão prática e a estética, constantemente retomando Kant. Para Schiller, não há dissolução entre os problemas morais, políticos e estéticos, embora preservando suas singularidades e especificidades, conserva sua unidade. Para ele a moralidade ideal do ser humano, ou seja, a visão do ser humano ideal estão constantemente vigiando os padrões de como a sociedade e o Estado compreendem essa unidade. Para que o ser humano chegue nesse padrão, ou há uma consciência e uma formação social e humana, ou, há uma exclusão e opressão, deixando à margem da sociedade os homens que não se enquadram nos anseios de “ideal”.

2. Immanuel Kant

No séc. XVIII temos um cenário filosófico e científico onde os moldes de conhecimento se estabeleciam com a predominância de métodos empíricos matemáticos ou científicos matemáticos.

A grande guinada sobre os moldes do pensar acontece quando, a partir da inversão de Copérnico na Astronomia, Kant revoluciona este conhecimento demonstrando uma inversão metodológica na filosofia: passando assim a não mais estabelecermos nossos conhecimento a partir do que o objeto é, mas a partir do que somos em relação ao objeto, ou seja, o conhecimento deixa de possuir uma relação objeto-sujeito como vinha sendo pelas filosofias racionalista e empirista e passa a ter predominância o sujeito no esquema sujeito-objeto.

Após a inversão de conhecimento, oriunda da revolução copernicana², a Estética/sensibilidade deixa de ser apenas um anexo (secundário) do pensamento racional, como era considerada; passa a ocupar o lugar de destaque diante da racionalidade. Alexander Gottlieb Baumgarten³ (1714-1762) desenvolve grande papel nesse processo de ascensão, desenvolvendo-a de modo a se tornar uma disciplina na academia. “A Estética é a ciência do conhecimento sensitivo.” (BAUMGARTEN, 2012, p.71).

Estética é uma palavra com origem no termo grego *aisthété*, que significa “aquele que nota, que percebe”. De acordo com Carchia (1999, p. 109), a ideia de estética é anterior à própria formulação do conceito, pois a ideia de conceito surge apenas na modernidade. Para ele, a estética nasce como tentativa de legitimação da ideia de *sentimento*, como um conceito individual, que independe do lugar e do tempo. Conforme coloca Carchia (1999, p. 110), Kant afirma que, “valem os juízos refletentes em detrimento aos típicos das ciências mecanicistas da natureza”, portanto, a estética torna-se objeto de estudo de sua própria subjetividade.

[...] a faculdade do juízo em geral é a faculdade de pensar o particular contido no universal. No caso de este (a regra, o princípio, a lei) ser dado, a faculdade do juízo, que nele subsume o particular é determinante [...]. Porém, se só o particular for dado, para o qual ela deve encontrar o universal, então a faculdade do juízo é simplesmente reflexiva. (KANT, 2000, p. 23).

² I. Kant, *Crítica da Razão Pura*, B XVI, p.1980a, p.12.

³ Baumgarten se referiu à estética como sendo uma nova área da filosofia. Estética, que deriva do grego *aisthesis* significa sensação, percepção por meio dos sentidos, se tornando a ciência filosófica que denota a beleza das pinturas, esculturas, obras de arte, músicas e outros. (BAUMGARTEN, 2012, p.73).

Para Kant (2000), a *faculdade do juízo* opera como uma ferramenta reflexiva entre a razão e o entendimento. Mais adiante iremos abordar melhor o pensamento de Schiller, neste momento procederemos aprofundando nosso estudo sobre a Estética.

Segundo Carchia (1999) em sua obra *Dicionário sobre a estética*⁴, o conceito de beleza é definido a partir de duas acepções diferentes. De um lado, temos uma visão por um viés metafísico. A noção de *belo* desvinculado das disciplinas, apenas relacionado à interpretação subjetiva do que é prazeroso e harmonioso. Por outro lado, o *belo* se apresenta como uma categoria pertencente à estética e está correlacionado, ora com o *sublime*, ora com o *feio*.

Para Carchia (1999, p. 52), a *beleza* se fundamenta no princípio da *proporção*, devido à filosofia dos pitagóricos onde tudo é número, e na noção de *simetria*, proveniente de Platão, onde a noção de *belo* está vinculada às noções de *bom* e *justo*, enquanto o mau e injusto vinculam-se a noção de feio. Essa noção de *belo* perpassa todo o período grego da antiguidade e é assumida pela ordenação teleológica, onde a busca pelo *belo* ou *bom* levaria à *Eudaimonia*, esta seria finalidade do ser.

Conforme afirma o autor, a noção de que a arte é *bela* é uma noção da filosofia grega, e a *beleza da natureza (physis)* supera qualquer *beleza* de uma cópia artística, pois tem conotação com a verdade. Afirma-se que a *beleza* é a verdade e tem relação com o acabado, com a ordem e o perfeito.

Carchia afirma que, em Kant a *beleza* esta além da pura aparência. Ela se encontra presente no mundo, construído pelo sujeito e se apresenta tanto como na representação de “imagem” como em “fenômeno”.

Adentra-se, então, a questão do *gosto* no âmbito estético; neste momento deixa-se de conceber a *estética* a partir da aplicação de regras. Fundamenta-se aqui um padrão estético que adentra a especificidade do *juízo do gosto*⁵ (KANT 1980a) permeia um contraste entre o que é *a priori* e o que é dado do sentido.

Podemos dizer que o *gosto* em Kant como algo que se funde ao *belo*, o *gosto* é a capacidade do indivíduo de estabelecer o *juízo* sobre algo que lhe cause prazer ou desprazer, de modo que o *juízo do gosto* é a manifestação de sentimento gerado sobre o que

⁴ G. Carchia, 1999, p. 51-55.

⁵ O *juízo do gosto* é a capacidade do sujeito de julgar quando lhe é dado algo e este lhe produz sentimento de prazer ou desprazer (CAYGILL. *Dicionário Kant*, 2000, versão em pdf, p. 237).

lhe é *belo*. O *belo*, então, é um sentimento que está vinculado à *imaginação* do indivíduo e é subjetivo neste indivíduo.

De acordo com Carchia (1999), Baumgarten é tido como o pioneiro na conceituação da *estética*, mostra que há uma *verdade* estética, uma verdade que pode ser conhecida de maneira *sensível*. Ela leva em conta a *imaginação*, e possui como fundamento a *beleza* que tem o carácter de individualizar e especificar cada obra de arte. A *estética* surge na Idade Moderna e busca legitimar a *verdade* enquanto *aparência*, da *beleza* enquanto moralidade e juízo ideal.

Na *estética* moderna, temos dois novos princípios fundamentais: o *Gênio*⁶ e a *Arte*. Emergente em Kant, a teoria do *Gênio* traz o processo de redescoberta da individualidade do sujeito, chamada por Kant de a *faculdade das ideias estéticas* (CARCHIA, 1999, p. 111). De acordo com Carchia (1999), a *Arte* torna-se a representação de um momento da *vida do espírito*⁷ reconhecendo-se que o conhecimento individual é sempre de tipo histórico fugindo às normativas científicas.

Essa dimensão histórica que se inseriu na arte, como uma forma de exposição do próprio *espírito*, provocou uma viragem decisiva nas concepções estéticas que se seguiram à crítica kantiana. E irá provocar posições favoráveis à autonomia e a validade permanente da *estética*.

Com a crise *estética idealista*⁸ surge uma teoria autônoma da arte, ou, uma ciência geral da arte, em que se relaciona a produção de arte com o conhecimento e não com o sentimento. O *gosto*, agora, não é mais um fundamento da arte, e a noção de *beleza* deixa de ser relacionada com a *estética* e passa a ser vinculada com o *gosto*. Segundo Carchia (1999), Kant passa a analisar a *estética* a partir da *empatia*, desvinculada de qualquer norma ou regra, assim como a *beleza*, sob uma *concepção dogmática* deixa de ser critério para a arte e passa a ser relativa. Surge, então, uma nova concepção de arte que é desvinculada da noção de *juízo do belo*, onde a concepção de *estética* está unida a filosofia da história que, em consequência, dá vazio a uma nova arte natural.

⁶ É a disposição natural inata (*ingenium*), pela qual a natureza dá à arte a regra. (KANT, *Da arte e do Gênio*. p. 246, 1980b).

⁷ É a capacidade do sujeito de pensar *livremente*. (CAYGILL. *Dicionário Kant*, versão em pdf, 2000, p. 161).

⁸ É a *ideia perfeita*, ideal de algo, apenas pautada no entendimento, sem a atribuição da sensibilidade. (KANT, *Prolegômenos*, 2008, p. 31. grifo nosso).

Partimos da noção de *beleza* por um viés metafísico. A noção de *belo* desvinculado das disciplinas, apenas relacionada à interpretação subjetiva do que é prazeroso e harmonioso. Este pensamento encontra-se nas obras kantianas, tais como: *Fundamentação da metafísica dos costumes*; *Crítica da razão pura* e *Prolegômenos*. A seguir, pontuaremos posicionamentos deste autor em relação a tais ideias utilizando especificamente os *Prolegômenos*.

Kant recebeu influência decisiva em seu pensamento a partir da leitura de David Hume (1711-1776), que o despertou, assim, de seu *sono dogmático*. A partir desta leitura, Kant sentiu a necessidade de repensar toda a metafísica (KANT, *Prolegômenos* 1980d).

Hume, segundo Pascal (2011), prova de maneira irrefutável que a razão é incapaz de pensar *a priori*, através da relação que se estabelece entre causa e efeito.

Uma vez que, acometidos pela experiência de que y é causa de x, toda a vez que tivermos x esperamos por y. Conclui por assim, Kant, que a razão dispensa o pensar nas relações causais, levando-o a afirmar que ‘as noções *a priori* são meras experiências comuns falsamente rotuladas; o que equivale a asseverar que não há, nem pode haver, qualquer espécie de metafísica’ (KANT, *Prolegômenos*, p. 26, apud Pascal, 2011, p. 30).

A metafísica estaria, assim, resignada apenas a questões de que não se pode depender da experiência para se chegar a alguma racionalidade, ficando ligada a problemas como a existência de Deus, ou outras questões que não temos como resolvê-las racionalmente, porém não há como deixar de serem pensados.

Kant analisa a possibilidade de a metafísica ser uma ciência e para tal estabelece as famosas três *críticas* kantianas. Estas são, portanto, uma análise *crítica* do processo da *razão*.

Toda a filosofia kantiana é então dedicada à faculdade de julgar, sendo o processo de conhecimento uma constante formulação de juízos. Na “*Crítica da Faculdade do Juízo*”, Kant não analisa nem juízos de conhecimento como na “*Crítica da Razão Pura*”, nem juízos morais como havia feito na “*Crítica da Razão Prática*”. Segundo ele existem juízos que não são determinados nem pelas leis inexoráveis do método de obtenção do conhecimento, e muito menos pelas leis que regem a moralidade e o agir humano. Os juízos próprios à capacidade de julgar são os que ele denomina *juízos estéticos puros*, ou mais simplesmente, “*juízos de gosto*”. (SANTOS, 2008, p. 2).

As *críticas* kantianas compreendem o maior trabalho de Kant, enquanto escritor. A obra do *juízo do gosto*, inicialmente tinha como intenção tratar apenas sobre o *gosto*, porém, na medida em que Kant foi desenvolvendo seu pensamento, teve a necessidade de dar

conta de demais noções desenvolvendo não apenas uma *crítica do gosto*, mas sim uma *crítica da faculdade de julgar*.

Em seguida aprofundaremos o que Kant nos traz com a terceira crítica trazendo conceitos relevantes a essa compreensão.

2.1 Sobre *moralidade, liberdade e juízo estético*

Obtendo um método reflexivo, ligado à ideia de *crítica*, Kant volta-se para si e busca pela natureza da própria razão. Dito isso e seguindo na busca pela compreensão de se a metafísica é ou não uma ciência, Kant analisa as ciências que “deram certo” como a matemática, a física e a lógica. Ele não se detém na lógica, por ela ocupar-se apenas de si mesma e de sua forma, porém observa que a matemática e a física conseguiram alcançar aquilo que a metafísica não conseguira: o estatuto seguro de ciência.

Enquanto a metafísica trata dos conhecimentos independentes da experiência, a matemática e a física, após muito tatear, chega à percepção de que não se trata de buscar racionalmente pela compreensão de um objeto a partir do objeto, mas aquilo que a própria razão produz em relação ao objeto. O primeiro movimento em relação a essa percepção veio de Tales de Mileto (624-546 a.C) diante do triângulo de isósceles e Galileu Galilei (1564-1642) ou Evangelista Torricelli (1608-1647), que ao invés de colocar leis sobre o que viam na natureza, apenas se permitiram observar e perceberam que “a razão não percebe senão aquilo que ela mesma produz segundo seu próprio projeto” (KANT, BXIII; 1980a, p.11).

Essa revolução no método permitiu à matemática e à física se tornarem ciências. Kant menciona a *revolução copernicana*, em que Copérnico “[...] depois das coisas não quererem andar muito bem com a explicação dos movimentos celestes admitindo-se que todo o exército de astros girava em torno do espectador, tentou ver se não seria melhor que o espectador se movesse em torno dos astros, deixando estes em paz.” (KANT, B XVI, 1980a, p. 12).

A primeira Crítica de Kant investiga o que podemos conhecer, a partir das perguntas: “como são possíveis os juízos sintéticos *a priori*” e “são possíveis os juízos sintéticos na metafísica?”.

Posteriormente, na segunda *Crítica*, a da *razão prática*, Kant analisa como podemos agir, que é determinante em nossas ações. Em sua terceira *Crítica*, trata o *juízo estético*, ao que Kant intitula de *Crítica do juízo* ou da *Faculdade de Julgar*.

Kant avança sua teoria do conhecimento percebendo um idealismo crítico ou *transcendental*⁹, em que aquilo que conhecemos do objeto é apenas o que sobre ele podemos nos referir. Mas, como noção fundamental, o conhecimento pode ser *a priori* ou *a posteriori*¹⁰ a se tratar de matéria e forma, bem como os *juízos sintéticos* e *juízos analíticos*¹¹, ou quanto às noções de *fenômeno*¹² e *númeno*¹³.

Kant dá-nos algumas indicações sobre a ligação entre o mundo dos fenômenos e o mundo dos númeno. A lei geral do mundo dos fenômenos é a causalidade, a necessidade dos fenômenos. A lei do mundo dos númeno é a liberdade e a lei moral. O dever seria absurdo se não tivéssemos a liberdade: o dever supõe o poder. Kant vai mais longe no fim da sua moral; proclama a primazia da razão prática: a lei mais universal, mais feral, é a liberdade e não a necessidade que não abrange o númeno. É a subordinação do mundo dos fenômenos ao mundo dos númeno pelo primado da lei prática. (BAYER, 1995, p.197).

Kant abordará que a finalidade é *causalidade*¹⁴ na ideia, sendo que a finalidade é o que precede *ação* e o seu fim aquilo que segue no cumprimento dessa *ação*. Mas, apenas devemos recorrer à finalidade quando a causalidade nos abandonar e isso ocorre em apenas dois momentos: ao fim da vida e diante da beleza. De acordo com Raymond Bayer (1995, p. 197), ao passo que Kant, não somente, constrói uma metodologia, uma moral, mas a *Crítica do Juízo*, compreendida em duas partes: a *crítica do belo e do sublime* e a *teologia ou ciência da finalidade*.

A continuação do texto segue da compreensão do conceito de finalidade abordando a construção do conhecimento até a determinação dos *juízos reflexivos e determinantes*,

⁹ “Chamo *puras* (no sentido *transcendental*) todas as representações em que nada se encontra que pertença à sensação. Por consequência, deverá encontrar-se absolutamente *a priori* no espírito a forma pura das intuições sensíveis em geral, na qual todo o diverso dos fenômenos se institui em determinadas condições”. (CRP, B34-35, 2003)

¹⁰ “Quando a mente raciocina de causas para efeitos, a demonstração é chamada *a priori*; quando de efeitos para causas, a demonstração é chamada *a posteriori*” (Arnauld, 1662, p. 301 *apud* CAYGILL. *Dicionário Kant*, edição em pdf, 2000, p. 76).

¹¹ Juízo sintético ou explicativo que nada acrescenta ao conteúdo conhecimento; Juízo analítico ou extensivo amplia o conhecimento dado. (KANT, *Prolegômenos*, 1980d, p.15).

¹² É a maneira como nossos sentidos são afetados por algo desconhecido. (KANT, *Prolegômenos*, 1980d, § 32, p. 49).

¹³ “É algo em essência, que o faz ser o que é *desprovido de qualquer experiência*.” (KANT, *Prolegômenos*, 1980d, § 30, p. 48).

¹⁴ (...) é apresentada como a segunda das categorias de relação [...] é justificada na dedução como uma forma de “conexão e unidade” que “precede toda experiência” e sem a qual a experiência não seria possível (CAYGILL. *Dicionário Kant*, 2000, versão em pdf, p. 94).

para uma abordagem do *juízo do gosto*. A capacidade de pensar o particular num universo mais amplo, num todo, distinguindo *juízos determinantes* dos *juízos reflexivos*, na inter-relação entre ambos, é o que cabe a *faculdade do juízo*.

Para que esta relação aconteça é necessário disponibilidade no meio e desejo do indivíduo de ir ao encontro, buscar o particular, sendo o *juízo determinante*, que direciona essa relação universal. Há o domínio da razão determinando à vontade.

Ao buscar o universal, tendo disponível o particular, Kant denomina de *juízo reflexivo*. O particular é pensado no *juízo reflexivo*, como o meio de se encontrar o universal, procura um conceito em meio aos *fenômenos*, por meio da reflexão, para que o objeto possa ser pensado.

A faculdade do juízo reflexiva, que tem a obrigação de elevar-se do particular na natureza ao universal, necessita por isso de um princípio que ela não pode retirar da experiência, porque este precisamente deve fundamentar a unidade de todos os princípios empíricos sob princípios igualmente empíricos, mas superiores e por isso fundamentar a possibilidade da subordinação sistemática dos mesmos entre si. (KANT, 2008, B XXVII p. 24).

Na *Crítica da faculdade¹⁵ do Juízo*, Kant (2000) concebe o *juízo do gosto* como tendo sentido subjetivo. Ele apenas seria um elo entre a razão e o intelecto. Os fenômenos afetam o sujeito, que percebe o fenômeno pelos sentidos através da intuição. Assim, este fenômeno se transforma em algo compreensível e possível de um *juízo estético*. Porém tal juízo não é tomado por valor cognitivo, serve ele apenas de ponte, opera apenas como uma ferramenta reflexiva entre a razão e o entendimento.

Por isso a *faculdade do juízo* possui um princípio *a priori* para a possibilidade da natureza, mas só do ponto de vista de uma consideração subjetiva de si própria, pela qual ela prescreve uma lei, não à natureza (como autonomia), mas sim a si própria (como heautonomia) para a reflexão sobre aquela, lei que se poderia chamar da *especificação da natureza* [...]. (KANT, 2000, B XXXVII p. 29-30).

A tentativa do domínio do homem sobre o meio ambiente, a natureza e as grandes descobertas, fazem a filosofia moderna se desafiar a compreender e a explicar a importância do fundamento da *moralidade*, do homem como centro do universo e corresponsável pelas suas ações. Percebe-se que há uma linguagem contratual, obrigacional e criada pelo homem para servir a ele, no intuito de preservar a liberdade dos criadores, impondo limites e norteando as ações.

¹⁵ “[...] a capacidade para realizar algo, em uma estreita ligação entre as palavras, faculdade é o potencial que o sujeito possui e atinge para realizar algo”. (CAYGILL. *Dicionário Kant*, versão em pdf, 2000, p.178. grifo nosso).

Kant se apropria destas concepções, analisa-as e questiona-as, dando à moral um caráter universal e necessário. Toda ação moral é vinculada a um dever, uma norma, criada para ser seguida, usando-se da liberdade para racionalmente criar o *Sollen*¹⁶.

Com Kant, a ideia, o modelo, *Sollen*, se torna uma regra: a imposição de uma regra criada pela liberdade. Seguir e obedecer às leis morais deve estar intrínseco ao ser humano, sendo o mesmo subordinado a elas, tendo consigo um sentimento de querer agir de acordo com as leis, segundo Salgado:

A reverência à lei, despertada pelo conhecimento da lei, leva o ser racional a aceita-la e a fazê-la sua máxima. A ação deve realizar a máxima, como seu princípio subjetivo. A máxima deve realizar a lei, como seu princípio objetivo. Assim, a lei é o critério objetivo de validade da máxima; a máxima, o critério subjetivo de julgamento da ação. (SALGADO, 2012, p. 120)

Segundo Salgado, a moralidade advém da razão “para todo ser racional, desde que a razão nesse ser possa agir sem obstáculo” (SALGADO, 2012, p. 123 *apud* RODRIGUES, A.S.L.; ARAUJO, D. M. B. de. *Fundamentos do Pensamento Moral em Kant*. 2015)

As leis estão fortemente impregnadas na sociedade, se sobrepõem como mandamentos que doutrinam e imperativamente norteiam a vida, o pensar e o agir de toda uma sociedade, permitindo julgar e condenar os que se distanciam do moralmente correto. Surgem duas implicações onde a lei moral em si se torna um fato da razão, um *juízo sintético a priori*, não sendo próprio de ser um mandamento, porém ao ser imposta ao homem, lhe limita sensivelmente, tornando-o racional e predominando a razão à emoção.

Os *juízos reflexivos*, por meio das finalidades, estabelecem uma sintonia e um equilíbrio entre o sujeito e a natureza, colocando a natureza à disposição das experiências humanas.

A seguir, procuraremos mostrar a relação existente entre a *moralidade* e o *juízo estético* em Kant.

2.2. Relação entre *moralidade* e *juízo estético*

Kant, em sua proposta filosófica, pretendia educar a espécie humana para a moralidade, sendo a mesma fundamental para a formação do caráter, dos princípios, para o de-

¹⁶ É necessidade de uma ação por respeito à lei. (KANT, *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*, 1980c, p.114).

envolvimento das potencialidades. Para Kant, segundo Bueno¹⁷, cada ser humano é dotado de um potencial inimaginável, porém cabe ao mesmo desenvolvê-lo, aprimorá-lo, para isso a cultura tem contribuição essencial. O ser humano é o único que pode se realizar, evoluir, crescer em conhecimento, racionalmente, tendo na cultura a formação humana como um todo, sendo um dos princípios da moralidade: o ser humano na sua integralidade.

Embora tenhamos impregnado certos conceitos morais e de moralidade, é o processo mais difícil, tornar e formar o ser humano verdadeiramente moral. Ser moral depende de cada um, cada ser humano, da disciplina e da decisão pessoal.

Kant também menciona seu conceito de liberdade, como uma ideia elaborada a partir da causalidade, onde o sujeito no decorrer de suas ações e em consequência dessas torna-se livre. A moralidade encontra seus desafios nas ações guiadas pela razão, no que fazemos, mesmo sem querer, deixando de lado nossos desejos mais íntimos e aderindo ao que a razão nos inclina a seguir. As ações para que sejam morais precisam ser norteadas por leis e pela autonomia e para Kant, tudo não passaria de um raciocínio ilusório se na prática nenhuma ação acontecesse.

Kant insistia muito na necessidade de desenvolver no ser humano a reflexão e o pensar, tornando o ser humano mais feliz e produtivo. Para ele, o prazer nas ações que realiza torna o ser humano mais aberto e interessado pela moralidade. A moralidade, muitas vezes mal interpretada, não é tão somente seguir as leis da razão, mas interpreta-las, querer segui-las, vivenciá-las.

Para Kant, a *faculdade do juízo* forma muitos conceitos, direcionando a exigências acerca da acultura moral, formando conceitos e o motivo pelo qual o ato foi praticado. A razão, impossibilitada de atuar sozinha e de maneira instintiva, precisa de inúmeras possibilidades, tentativas e estímulos para poder evoluir, possibilitando que o ser humano possa pensar e refletir, evidenciando o próprio juízo, conceituando e justificando.

A *faculdade do juízo*, no entanto pode ser observada e compreendida de acordo com seu modo de analisar e julgar, considerando as exigências da razão, estimulando a pensar, a ampliar seu olhar. Refletir sobre como e em função de que ação foram realizadas as ações, distinguir ações realizadas em consonância com as leis das ações realizadas pelas leis (moral).

¹⁷ BUENO, Vera C. de A. “Moralidade e juízo: algumas considerações sobre a proposta kantiana para a educação”, http://oquenosfazpensar.fil.pucrio.br/import/pdf_articles/OQNFP_32_12_vera_cristina_de_andrade_bueno.pdf>. Acesso em: 13/04/20.

Para Kant, a moralidade tem princípios objetivos, a educação para a moralidade deve começar pelos exercícios das faculdades cognitivas humanas, pelo sentimento de prazer.

Kant nos indaga sobre o fato de que a moralidade possa ser despertada, exercitada no cotidiano, ou seja, a partir do um *juízo estético* proveniente de um sentimento de um “prazer desinteressado”, que não se relaciona o juízo moral ou ético, determinado pelo objetivo de fazer o bem evitando o mal.

Kant, em suas *Críticas*, nos remete à compreensão de que há uma determinada faculdade que sendo legisladora, serve de base para tantas outras faculdades. Na *Crítica da Razão Prática*, a racionalidade, a razão se tornam a faculdade legisladora, tendo a liberdade como uma experiência sensível e onde a razão domina a lógica. Na *Crítica da faculdade do juízo*, não há uma faculdade legisladora, mas sim uma harmonia, um prazer sem interesse, desinteressado.

Seguir somente os princípios da razão, as leis, um agir regrado, nos deixa vulneráveis e de mãos amarradas, nos forçando a esquecermos de nossos interesses e desejos. Questionando a faculdade do juízo, Kant, nos desafia a desenvolve-las pela reflexão, da análise do todo, caracterizando o ser humano como racional e reflexivo. É a faculdade do juízo que fortalece o sentimento e o poder da reflexão, tornando a educação moral uma possibilidade.

O *juízo estético* e a *beleza* são firmados em plenitude, tanto quanto à moral, quanto em relação à prática. O *belo* é *agradável*, satisfaz *desinteressadamente*, tem uma finalidade e é necessário, dá a sensação de satisfação sem julgamento.

O *juízo estético* está ligado ao *prazer*, e a *beleza* é direcionada a uma *finalidade*. Para Kant (2000), *belo* é o que se torna *agradável* e de *bom agrado*, independentemente de que seja conceituado. Por tanto, beleza proporciona satisfação, e a experiência se dá na sensibilidade e na satisfação. Kant dedica toda sua filosofia à faculdade de julgar, a diferença entre o conhecimento racional e o conhecimento estético, um *juízo de gosto* tem a imaginação como princípio e se expressa por meio da sensação, tendo no processo de conhecimento uma constante formulação de juízos.

Sobre o conceito de *sublime*, no *Dicionário Kant*, temos a seguinte definição:

A razão por que sentimentos tais como o sublime e o belo não podem ser analisados deve-se ao fato de resultarem "não tanto da natureza de coisas externas que os suscitam quanto da própria disposição de cada pessoa para ser induzida por eles ao prazer e à dor" (OBS p. 207, p.4 5). Entre-

tanto, Kant oferece uma caracterização parcial do sentimento de sublime, principalmente por meio de contraste com o belo: ambos aprazem, mas enquanto o belo encanta, o sublime "comove" o *Gemüt* (OBS p.209, p.47); o sublime deve ser simples, o belo adornado e ornamentado. Em OBS, Kant usa a distinção principalmente. (CAYGILL. *Dicionário Kant*, 2000, versão em pdf, p. 326).

Assim, podemos dizer que *o belo* em Kant tem sentido de apreciação desprovida de qualquer regra ou lei tendo como motivação apenas a subjetividade do observador, ele seria pequeno em relação ao *sublime* e se apresenta no físico. O *sublime* se apresenta como algo grandioso e perfeito e vinculado à metafísica.

A partir da definição kantiana de *sublime*, Schiller irá explorar o âmbito da nossa constituição humana da moralidade.

2.3 Conclusão parcial

Até aqui trouxemos algumas observações importantes e consideráveis acerca da concepção de Estética dentro do pensamento ao longo da história e certamente isso que já é posto, é determinante ao pensamento de Kant na tentativa de reaver a metafísica na tentativa de torná-la uma ciência.

O *prazer* é o elemento mais importante dos juízos estéticos, “o objeto só pode ser designado conforme a fins, porque sua representação está imediatamente ligada ao sentimento de prazer.” (KANT, 2000, B XLII p. 33).

Toda relação do ser humano com qualquer objeto, sujeito ou natureza, só tem finalidade ou sentido, quando se torna prazerosa, atribuindo sentido ou sentimento, caracterizando que a natureza ou o sujeito está à disposição *livremente* para lhes dar prazer.

Kant proporcionou um impulso crucial na reflexão sobre o belo natural, sendo que nenhum filósofo da época, e que se detenha à reflexão sobre a arte poderá desprezá-lo sem que acabe cometendo terrível negligência.

Independentemente das condições e da possibilidade do *juízo de gosto*, Kant, nos permite perceber em meio ao julgamento e a moralidade, a beleza das coisas.

3. Friedrich Schiller

A vida de Friedrich Schiller (1759-1805) é marcada por momentos fortes que determinam seu pensamento e são responsáveis pela sua influência aos que se permitem serem tocados pela maneira com que ele expõe suas ideias.

E, de fato do ponto de vista social, todos somos influenciados pelo meio em que vivemos. Para demonstrar isto, neste início de capítulo julgamos importante trazer o pensamento de David É. Durkheim (1858-1917) para elucidar nosso olhar social, que reconhecemos em Schiller. Observamos que o pensamento de Durkheim explica como todos nós somos influenciados pelo meio. David É. Durkheim explicita que: “Eis, portanto uma ordem de fatos que apresentam características muito especiais: consistem em maneiras de agir, de pensar e de sentir, exteriores ao indivíduo, e que são dotadas de um poder de coerção em virtude do qual esses fatos se impõem a ele”. (DURKHEIM 2007, p. 3).

Schiller em questão, também é influenciado pelo meio em que viveu e pelas pessoas com quem se relacionou, tendo Kant como um dos maiores de seus influenciadores, onde adaptou suas ideias estéticas às ideias kantianas. Mas, ainda, pontuando em como questões sociais influenciam na formação do indivíduo, Durkheim afirma que:

[...] basta observar a maneira como são educadas as crianças. Quando se observam os fatos tais como são e tais como sempre foram, salta aos olhos que toda educação consiste num esforço contínuo para impor à criança maneiras de ver, de sentir e de agir às quais ela não teria chegado espontaneamente. (DURKHEIM, 2007, p. 6).

Em concordância ao pensamento de Durkheim observamos que Schiller através de seus primeiros escritos estéticos, em forma de artigos de revista, demonstra sempre um pensamento pessimista e idealista. Segue escrevendo suas obras com ideias em estética. Posteriormente, Schiller inicia seus estudos em Kant, “assim, desde muito cedo desenvolve seu caráter cujos grandes temas de vida aparecem desde os primeiros escritos: o *sensualismo*, o *biologismo* e o *moralismo*” (BAYER, 1995, p. 293).

Embora a obra estética de Schiller compreenda dois períodos, inicialmente com pequenos tratados e discursos e, posteriormente a Kant, com ‘a estética propriamente dita’ (BAYER, 1995, p. 293), denota-se pouca variação em seu pensamento, mas desenvolveu uma filosofia estética diferente da de Kant, influenciado aqui pelos Escoceses.

A influência da filosofia escocesa claramente traz a Schiller uma *filosofia eudemonista*. De acordo com Raymond Bayer “A felicidade, por certo, é a finalidade

última na natureza humana, e para chegar a ela precisamos de sabedoria e amor”, assim “o homem que preenche o seu fim é ao mesmo tempo virtuoso e feliz”. Schiller é o primeiro a falar com fervor da arte, após o Renascimento, dizendo que o homem ascende naturalmente à beleza e demonstra repugnância pela feiura (BAYER, 1995, p. 294).

Defensor da arte como transcendência e com finalidade educativa, Schiller, poeta, dramaturgo e filósofo alemão, escreve com intuito da reeducação política e moral a obra: *Educação Estética da Humanidade numa Série de Cartas* (1795).

Schiller pensava na arte como formadora construtora do caráter e reflexo do intelecto e dos sentimentos humanos. Acreditava que no artista e na arte haveria muito mais que uma visão fria e calculista, mas sim um ser reconciliado e em sintonia com seus sentimentos e emoções.

[...] O estilo perfeito em cada arte revela-se no fato de que saiba afastar as limitações específicas da mesma, sem suprimir suas vantagens específicas, conferindo-lhe um caráter mais universal pela sábia utilização da sua particularidade. Pelo tratamento, o artista tem de superar não apenas as limitações que o caráter específico de sua arte traz consigo, mas também aqueles inerentes à matéria que elabora. Numa obra de arte verdadeiramente bela o conteúdo nada deve fazer, a forma tudo; é somente pela forma que se atua sobre o todo do homem, ao passo que o conteúdo atua apenas sobre forças particulares. O conteúdo, por sublime e amplo que seja, atua sempre como limitação sobre o espírito, e somente da forma pode-se esperar verdadeira liberdade estética. (SCHILLER, Carta XXII, 2014, p. 107)

Para Schiller a forma determina a atuação do conteúdo sobre a totalidade do ser humano, ou seja, o conteúdo tem uma atuação restrita, particular ou limitada sobre o ser humano. Justamente por isso, Schiller afirma que apenas da forma podemos esperar uma “verdadeira liberdade estética”.

Schiller com Johann G. Herder, Johann W. Goethe e Johann C. F. Hölderlin foram protagonistas do chamado *Sturm und Drang*¹⁸, (tempestade e ímpeto) o movimento romântico alemão, poético e antiaristocrático do período de 1760 e 1780, como uma reação ao racionalismo fruto do Iluminismo daquele século.

Uma importante obra que se tornou um dos ícones do indivíduo romântico, posterior o movimento de *Sturm und Drang*, (tempestade e ímpeto) é a obra intitulada “Caminhante sobre o mar de névoa (em alemão: *Der Wanderer über dem Nebelmeer*, também conhecido na história da arte como *Viajante Sobre o Mar de Névoa*)”.

¹⁸ “[...] movimento inspirado por Rousseau e cujo fim era desligar o homem da tradição para ajudar a liberar a sua personalidade”. (BAYER, 1995, p. 289).

Trata-se de uma pintura a óleo de 1818, do artista alemão Caspar David Friedrich. A obra está no acervo da *Kunsthalle* de Hamburgo desde 1970. Esta pintura representa os princípios da estética romântica na paisagem.

Imagem 1 – ‘‘Caminhante sobre o mar de névoa’’¹⁹



Fonte: Kunsthalle Hamburg, Hamburg, Germany / wikiart.org

Diante do cenário da Revolução Francesa e da visualização de uma modernidade nascente com a anunciação da obra de Kant, da *Aufklärung* (*Esclarecimento*) Schiller vê a necessidade de uma reestruturação da estética. Com a ajuda e a amizade de Christian G. Körner, Schiller recebe a ajuda do príncipe de Augunsterburg. Desta forma,

¹⁹ Caspar David Friedrich. Óleo sobre tela, 94,8 x 74,8 cm.

passa a receber 200 táleres anuais pra cuidar de sua saúde e como forma de gratidão ao seu mecenas, passa a lhe enviar cartas. Estas cartas foram publicadas, posteriormente, em três partes, na revista *Die Horen*, em 1795, um de seus mais ambiciosos projetos como publicista. Esse ambicioso projeto se tornou a principal obra de Schiller “*A Educação Estética do Homem em uma série de cartas*” a qual usamos como obra base nesta pesquisa.

Schiller, em sua III carta ao príncipe de Augunsterburg, diz:

A natureza não trata melhor o homem que suas demais obras: age em seu lugar onde ele ainda não pode agir por si mesmo como inteligência livre. O que faz o homem, porém, é justamente não se bastar com o que dele a natureza fez, mas ser capaz de refazer regressivamente com a razão os passos que ela antecipou nele, de transformar a obra da privação em obra de sua livre escolha e de elevar a necessidade física à necessidade moral (SCHILLER, 2014, p. 25).

Schiller percebe a possibilidade de o ser humano transcender o seu estado de natureza e atingir um estado moral, a seguir vamos investigar como se realiza esse processo.

3.1. Sobre *liberdade e moralidade*

Através de seus estudos em Kant, Schiller percebe a possibilidade de atribuir valor à sensibilidade realizando uma releitura do conceito de *belo*.

Segundo Schiller, o ser humano se tornará totalmente ser humano após ter passado por todos os estados que o desprendem de sua natureza livre e obtenha uma razão desprendida da sensibilidade. Porém, deve haver uma harmonia entre o estado físico (*sensível*) e o estado moral (*razão*). Schiller considera que, para que o ser humano se torne racional, terá que ser primeiramente sensível, estético.

A passagem do estado passivo da sensação ao ativo do pensamento e do querer não acontece, portanto, de outro que não o de um intermediário de liberdade estética, e, embora esse estado em si mesmo não decida nada para nossas ideias (*Einsichten*) nem para nossas disposições morais (*Gesinnungen*) – consequentemente deixando nosso valor intelectual e moral total e absolutamente problemático -, ele é, entretanto, a condição necessária, unicamente sob a qual podemos chegar a uma ideia (*Einsicht*) e a uma disposição moral (*Gesinnung*). Em uma palavra: não há outro caminho para tornar o homem sensível em racional do que torna-lo primeiramente estético. (SCHILLER, 2014, p. 113.)

Schiller descreve a possibilidade de através de uma educação estética, “encontrando o conceito objetivo do *belo*, que se qualifica *eo ipso* também para um princípio objetivo do gosto” (SCHILLER, *Kallias* ou *Sobre a Beleza*, 2002, p. 12), construir um caminho para se chegar à moralidade. Schiller é motivado por uma vontade de resgatar a estética de sua condição epistemológica e encontrou, principalmente, na obra de Kant uma brecha para tornar isso possível. Conforme Schiller

Pela disposição estética do espírito, portanto, a espontaneidade da razão é iniciada já no campo da sensibilidade, o poder da sensação é quebrado dentro já de seus próprios domínios, o homem físico é enobrecido de tal maneira que o espiritual, de ora em diante, só precisa desenvolver-se dele segundo as leis da liberdade. O passo de estado estético para o lógico e moral (da beleza para a verdade e o dever) é, pois infinitamente mais fácil que o do modo físico para o estético (da vida meramente cega para a forma). Aquele passo o homem pode dar por sua mera liberdade, já que precisa apenas tomar, e não emprestar, apenas isolar sua natureza, e não a ampliar; o homem disposto esteticamente emitirá juízos universais e agirá universalmente tão logo o queira. (SCHILLER, 2014, p. 110)

Schiller descreve que a *sensibilidade*²⁰ é o caminho para se chegar a ser um homem pleno em suas faculdades ou sua humanidade de fato. Pois, somente a partir da *experiência da sensibilidade estética* seria possível perceber nossa humanidade de forma pura e íntegra. Ficamos inacessíveis a ações externas como se o tempo parasse. A contemplação estética nos transformaria, exigindo que o nosso intelecto saia do comodismo, ou seja, deixe qualquer resistência e avance para um novo patamar da sensibilidade elevando o espírito e isso ocorre de modo natural e livre. A beleza para Schiller tem concepção de liberdade no fenômeno. O sujeito afetado pelo objeto é capaz de reconhecer o objeto em sua forma e isso se dá pelo juízo estético (SCHILLER, *Kallias* ou *Sobre a Beleza*, 2002, p. 18).

Desta forma, a partir das obras *A Educação Estética do Homem* e *Kallias* ou *Sobre a Beleza* de Schiller buscamos analisar a sua concepção de Estética, mais especificamente de um pensamento referente aos processos da passagem do ser humano do estado físico ao estado estético; que, segundo Schiller, apenas se tornará de fato ser humano completo diante de sua humanidade após encontrar-se para além do estado estético, porém não totalmente moral, mas sim em equilíbrio com a sensibilidade, “se a razão é que faz o homem, é o sentimento que o conduz” (J. J. ROUSSEAU *apud* epígrafe de SCHILLER, 2014, p. 19).

²⁰ É uma percepção natural e *livre*, distinta da razão, capaz de gerar entendimento. A sensibilidade nos dá o múltiplo e a razão organiza.

Schiller com seu olhar inovador analisou crítica e filosoficamente a estética. Para ele, a evolução e a especialização da sociedade tornaram o senso de sacralidade despercebido, que sempre fora intrínseco à maneira de como o ser humano vivia, para ser um adormecido sentimento, que somente resgatado quanto habilidade de efetivar realizações. O artista, com sua sensibilidade, demonstra criticamente e de forma criativa, a nobreza de sentimentos, a alma que mesmo abstrata, se torna fascinante nos traços de um grande observador.

Para Schiller, o moralismo excessivo de Kant dispersa e distancia a *beleza*, impossibilitando que o *belo* tome sua forma, e a estética se manifeste: “toda sua magia reside em seu mistério, e a supressão do vínculo necessário de seus elementos é também a supressão de sua essência” (SCHILLER, 2014, p. 22).

Schiller deseja reintegrar o ser humano, pelo *belo* e pela *educação estética*. Em suas *Cartas* o autor ressalta que, “É pela beleza que se vai à liberdade” (SCHILLER, 2014, p. 24), o que significa que é importante considerar que não é somente observar o *belo* pelo fato de ser *belo*, mas sim, unir a causa da harmonia entre o sensível e a razão, intelecto.

Contemplando com olhar crítico e amoroso, o artista misteriosamente cria as mais diferentes representações do ser humano e da natureza, se sobressaindo à razão, dando sentido prático à arte.

Para Schiller, o ser humano é uma construção contínua e que se renova e busca se aperfeiçoar, mesmo em sua ignorância, se propõe ou lhe é imposto à transcendência, a evolução e a busca do divino do pleno e do belo. Schiller afirma que:

Somente a beleza fruimos a um tempo como individuo e como espécie, isto é, como representantes da espécie. O bem sensível faz feliz a um, já que está fundada numa apropriação que implica exclusão; e não o fará mais que parcialmente feliz, pois a personalidade não está participando. O bem absoluto só pode trazer felicidade sob condições que não podem ser pressupostas em geral; pois a verdade é o prêmio da renúncia, e somente um coração puro acredita na pura verdade. Só a beleza faz feliz a todo mundo; e todos os seres experimentam sua magia e todos esquecem a limitação própria. (SCHILLER, 2014, p. 134).

Schiller afirma acima que para atingir a felicidade é necessário passar pela experiência da beleza para avançarmos em nosso desenvolvimento como espécie humana. Quando sentimos a experiência do *belo*, estamos dispostos à pura verdade e à felicidade que vem da mesma proporção.

Para tanto, Schiller afirma:

O gosto conduz conhecimento para fora dos mistérios da ciência e o traz para o céu aberto do senso comum, transformando a propriedade das escolas em bem comum de toda a sociedade humana. Em seu domínio, mesmo o gênio poderoso tem de abrir mão de sua majestade e descer, com gesto familiar, até o senso infantil. A força deixa-se prender pelas deusas das dádivas, o leão altivo obedece às rédeas do Amor. Em troca, o gosto recobre com seu véu suavizante a carência física, ofensiva em sua nudez à dignidade de espíritos livres, ocultando na amável ilusão da liberdade o parentesco desonroso com a matéria. Em suas asas, mesmo a arte degradada pelo ganho escapa ao pó, as correntes da servidão partem-se ao contato da sua vara mágica, liberando tanto o vivo como o inerte. (SCHILLER, 2014, p. 135)

Pelo seu direito e livre-arbítrio, a satisfação das necessidades básicas, como as fisiológicas, descanso, alimentação, continuidade da espécie, o ser humano em sua liberdade é convidado ao desafio do conhecimento, do autoconhecimento e dos sentimentos mais nobres e íntimos.

A arte é libertadora, traz a leveza, devolve a divindade e o sublime ao ser humano, harmoniza e equilibra sutilmente. Por meio dela, a razão e os sentidos subjetivamente constroem a interioridade humana e a evolução para a perfeição. A arte é compreendida como um caminho educativo, tendo o ser humano como modelo, sendo um exemplar do belo e da humanidade.

Em sua *Carta XXV*, ressaltando a *beleza* no conhecer, Schiller justifica, “[...] Quando surge à luz no homem, deixa de haver noite fora dele; quando se faz silêncio nele, a tempestade amaina no mundo, e as forças conflituosas da natureza encontram repouso em limites duradouros”. (SCHILLER, 2014, p. 119)

A *beleza* e o equilíbrio interior tornam possíveis e visíveis a liberdade e a verdadeira beleza psíquica, sendo iluminada quando silenciada e compreendida interiormente.

Em suas 27 cartas Schiller analisa a cultura ocidental e percebe que a existência humana se encontra fragmentada e limitada, impedida de evoluir e ao invés de formar-se em sua unidade, perde-se por meio da razão.

Eternamente acorrentado a um pequeno fragmento do todo, o homem só pode formar-se enquanto fragmento; ouvindo eternamente o mesmo ruído monótono da roda que ele aciona, não desenvolve a harmonia de seu ser e, em lugar de imprimir a humanidade em sua natureza, torna-se mera reprodução de sua ocupação, de sua ciência. (SCHILLER, 2014, p. 41)

Para o poeta, o trabalho se torna fator de alienação ao ser humano, pois o torna refém da própria ignorância, acomodando-o, estagnando-o, impedindo-o de evoluir e crescer, Schiller (2014, p. 43) ainda nos escreve que, o pensador contemplativo tem “um coração frio, pois desmembra as impressões que só como um todo comovem a alma”, e o

homem de negócios, por sua vez, tem “um coração estreito, pois sua imaginação, enclausurada no círculo monótono de sua ocupação, é incapaz de elevar-se à compreensão de um tipo alheio de representação”.

O ser humano que não desenvolve a sua sensibilidade permanece limitado em sua natureza humana, sem conseguir avançar no desenvolvimento de suas potencialidades, permanecendo em estado de natureza limitado pela própria ignorância.

Nas palavras de Schiller (2014, p. 42):

Vai se aniquilando assim, pouco a pouco, a vida concreta individual, para que o abstrato do todo prolongue sua existência precária, e o Estado continua eternamente estranho a seus cidadãos, pois que o sentimento não pode encontrá-lo em parte alguma. Forçada a simplificar a multiplicidade dos homens pela classificação e recebendo a humanidade somente por representações de segunda mão, a parte governante acaba por perdê-la completamente de vista, já que a mistura a um mero produto do entendimento, e a parte governada não pode receber senão com frieza as leis que são tão pouco endereçadas a ela.

A relação de reciprocidade que existe entre corpo e alma é a possibilidade de compreender também a natureza, considerando o ser humano um ser iluminado espiritualmente pela racionalidade. Para Schiller (2014) o homem seria a íntima mistura entre o corpo e a alma, em uma profunda conexão entre espírito e matéria.

O ser humano, refém de seus instintos e impulsos, necessita que a cultura os harmonize, para que atinja seu equilíbrio e integralidade; Schiller (2014, p. 72) escreve que a cultura tem uma dupla função: “[...] em primeiro lugar, resguardar a sensibilidade das intervenções da liberdade; em segundo lugar, defender a personalidade contra o poder da sensibilidade. A primeira ela realiza pelo cultivo da faculdade sensível; a outra, pelo cultivo da faculdade racional”.

Controlar o impulso sensível e racional, equilibrando-os para que o ser humano atinja a plena formação humana, aproximando os sentidos da razão a razão dos sentidos, tornando-o livre. A liberdade passa a ser o fruto da harmoniosa interação entre os dois impulsos humanos, respeitando seus limites reciprocamente. Sobre isto Schiller (2014) afirma, que “o impulso sensível desperta com a experiência da vida (pelo começar do indivíduo) e o racional com a experiência da lei (pelo começar da personalidade), e somente agora, após os dois terem se tornado existente está erigida a sua humanidade”.

O impulso sensível requer emoção, adequação, modificação, enquanto o formal exige qualidade e estado de imutabilidade. A unidade para Schiller, somente se torna possível quando se atinge o equilíbrio.

Schiller, em meio ao seu romantismo e o desejo de firmar um valor moral a beleza, constrói uma filosofia, que além de cunho estético também é uma nova forma de conceber a maneira de como vemos a arte e as expressões das emoções humanas, por um olhar de cunho social.

Schiller ousa no anseio de aperfeiçoar a concepção kantiana de divisão entre *fenômeno e numeno*. Para ele, a natureza se mostra em unidade, entre o sensível e o moral, tendo expressividade e segurança, harmonia e emoção, unindo prazer e dever, sendo obediente e ao mesmo tempo se realizando, sendo feliz.

Sob tal perspectiva o belo e o sublime são compreendidos como dois elementos complementares e indispensáveis para o processo de educação estética que levaria o homem a realizar de modo pleno sua destinação, superando a cisão entre suas duas naturezas – sensível e acional – de que os comportamentos bárbaros e selvagens do século XVIII davam testemunho. O contato com os objetos do primeiro tipo nos ensinaria a reconhecer nossa liberdade natural, que tem lugar quando as inclinações sensíveis se harmonizam às leis da razão. E o cultivo do segundo, a afirmar a nossa liberdade moral quando este não é o caso. (VIEIRA, 2011, p.15).

Diante desta colocação, se faz necessário compreender melhor os conceitos de *belo* e *sublime* para compor o pensamento schilleriano e é disto que iremos tratar a seguir.

3.2 O conceito de *belo* e de *sublime*

O *belo*, na concepção de Schiller, vai além de um sentimento gerado a partir de uma experiência de prazer ou desprazer, o *belo* é tido por Schiller como algo imponente, que possui suas próprias regras, ou seja, ele o vê de forma objetiva e estabelece um princípio objetivo para o *belo*.

O princípio de objetivar o *belo* implica em que ele tenha caráter universal e necessário sobre a essência do objeto, buscando a legitimação da validade estética.

Na obra *Do Sublime ao trágico*, Schiller denomina o *Sublime* como “um objeto frente a cuja representação nossa natureza sensível sente suas limitações, enquanto nossa natureza racional sente sua superioridade, sua liberdade de limitações; portanto, um objeto contra o qual levamos a pior *fisicamente*, mas sobre o qual elevamos *moralmente*, i.e., por meio de ideias”. (SCHILLER, 2011, p. 21).

O que Schiller nos apresenta é a constatação de que seríamos dependentes apenas enquanto seres sensíveis, mas no estado racional nos tornamos livres. Ao modo que “o objeto

sublime nos faz, em primeiro lugar sentir nossa dependência enquanto seres naturais ao tornar para nós conhecida, em segundo lugar, a independência que mantemos, enquanto seres racionais, com relação à natureza tanto em nós quanto fora de nós”. (SCHILLER, 2011, p, 23).

Para ilustrarmos esta ideia de sublime de Schiller trazemos uma obra de arte, onde nela podemos observar, conforme afirma o filósofo: “a representação de um perigo que nossa força física não se sente capaz de vencer”. Schiller afirma ainda, que “se o perigo é do tipo em que nossa resistência seria vã, então deve surgir o temor” (SCHILLER, 2011, p. 24).

Imagem 2 – ‘*Naufração de um Cargueiro*’²¹



Fonte: Museu Caloute Gulbenkian, Lisboa²²

²¹ Joseph Mallord Willian Turner, 1810. Pintura a óleo sobre tela, 173 cm x 245 cm.

²² “Esta obra faz parte de uma série de pinturas de grandes dimensões executadas por Turner na primeira década de Oitocentos dedicada à representação de catástrofes naturais e tempestades no mar, iniciada em 1801,

Essa nossa dependência (enquanto seres sensíveis), da qual Schiller se refere, apenas é possível porque esse “algo fora de nós” possui fundamento por causa de algo dentro de nós.

A consciência dessa relação nos leva a reconhecer dois tipos de *impulsos* existentes em nós: o *impulso de representação* e o *impulso de auto conservação*.

O *impulso de representação* é que nos levaria ao nosso próximo estado, nos faz adquirir conhecimento e avançar na nossa jornada de experiências. O *impulso de auto conservação* nos mantém em estado de conservação de proteção das nossas percepções internas de existência.

Por meio desses dois *impulsos* podemos permanecer dependentes da natureza quando ou nos falta condições de atingirmos conhecimento ou quando há contradições para avançarmos em nossas experiências. No entanto, podemos avançar nas condições naturais desses estados quando nos utilizamos do pensar no que é teórico e da vontade no que é prático. “Um objeto frente a cuja percepção experimentamos a primeira independência é grande de modo teórico, um sublime do conhecimento. Um objeto que nos faz sentir a independência de nossa vontade é grande de modo prático, um sublime de modo de pensar [*Ge-sinnung*]”. (SCHILLER, 2011, p. 23).

A natureza se apresenta aqui, portanto, em contradição entre o *sublime teórico* e o *sublime prático*. No primeiro, ela se encontra enquanto *objeto do conhecimento* e, no segundo, ela se encontra enquanto *objeto da sensação*. Assim, há um equilíbrio entre elas porque, através de suas características próprias nunca permite que estejamos de um único lado apenas, nos levando adiante.

Compreendemos, que o *sublime teórico* diz respeito à objetos, que superam a nossa capacidade cognitiva e conseguimos apenas acessar a sua forma e de modo contemplativo;

com *Bridgewater, Seapiece* (Coleção Particular em depósito na National Gallery, Londres). A cena foi associada no passado ao naufrágio do navio *Minotauro*, ocorrido em Dezembro de 1810, hipótese entretanto abandonada. Apresenta, entretanto, semelhanças evidentes com a pintura *O Naufrágio* (Tate Britain, Londres), de 1805.

A construção do espaço, deliberadamente assimétrico e caótico, desenvolve-se a partir de diagonais de mastros e remos quebrados que se justapõem a curvas de redemoinhos de águas em turbilhão. O elemento humano, insignificante e perdido, encontra-se irremediavelmente submetido à voragem violenta das ondas.

A composição inscreve-se num universo de extrema sensibilidade face à natureza, dentro da melhor tradição inglesa de pintura do género, à qual o tema dos naufrágios, num país marítimo por excelência, foi especialmente grato. Turner não só absorve o legado da lição holandesa – de Willem van de Velde, o Jovem, em particular – como associa à sua expressão pictórica o peso do imaginário coletivo da época, vivido pelos seus contemporâneos de forma verdadeiramente emotiva e obsessiva”. Disponível em: <https://gulbenkian.pt/museu/works_museu/naufragio-de-um-cargueiro/>. Acesso em 13/04/20.

ao passo que o *sublime prático* possui cunho mais físico, podendo ser experienciado pelas sensações.

Desta maneira, para que não haja nenhuma limitação na natureza humana,

(...) deve haver um impulso lúdico, pois que apenas a unidade de realidade e forma, de contingência e necessidade, de passividade e liberdade, completa o conceito de humanidade. Ela tem de fazer esta exigência porque é razão; porque, segundo sua essência, requer perfeição e afastamento de todos os limites, ao passo que a atividade exclusiva de um outro impulso (formal e material), deixa imperfeita a natureza humana, nela fundando uma limitação. Logo, pois, que pronuncia: deve haver uma humanidade, ela estabelece, por este ato mesmo, a lei: deve haver uma beleza. A experiência pode responder-nos se existe uma beleza, e o saberemos, tão logo ela nos ensine se existe uma humanidade. *Como*, entretanto, a beleza pode existir e como a humanidade é possível, isso nem razão nem experiência pode ensinar-nos. (SCHILLER, 2014, p. 73-74).

Trata-se aí do objeto do *impulso sensível (vida)* e do *impulso formal (Gelstat, forma, figura, configuração)* e do *impulso lúdico (forma viva)*. Neste último, Schiller ao representar num esquema geral, o objeto do impulso lúdico como *vida*, ou como ele mesmo afirma, como “forma viva”, ele serve para “designar todas as qualidades estéticas dos fenômenos, tudo o que em resumo entendemos no sentido mais amplo por *beleza*”. (SCHILLER, 2014, p. 73).

No entanto, devemos ter presente que a beleza “não é estendida a todo o âmbito do que é vivo nem se encerra nele”. Para compreendermos esta afirmação Schiller (SCHILLER, Carta XV, 2014, p. 73) nos traz um exemplo, a saber:

Um bloco de mármore, embora seja e permaneça inerte; um homem assim tornar-se forma viva pelo arquiteto e escultor; um homem, conquanto viva e tenha forma, nem por isso é uma forma viva. Para isso seria necessário que sua forma fosse viva e sua vida, forma. Enquanto apenas meditamos sobre sua forma, ela é inerte, mera abstração; enquanto apenas sentimos sua vida, esta é informe, mera impressão. Somente quando sua forma vive em nossa sensibilidade e sua vida se forma em nosso entendimento o homem é forma viva, e este será sempre o caso quando julgamos belo.

Através da *beleza*, segundo Schiller, o ser humano recupera e constrói a sua *liberdade*.

3.3 Conclusão parcial

Através da valorização da sensibilidade, Schiller (2014) atribui à beleza um fundamento objetivo e explica a arte por um viés objetivo sensível. Ele diz que, o ser humano apenas se tornará totalmente ser humano após ter passado por todos os estágios, porém, deve haver uma harmonia entre o estado físico (sensível) e o estado moral (razão). A sensibilidade é o caminho para se chegar a ser um ser humano pleno em suas faculdades ou sua humanidade de fato.

Devemos, pois, admitir que o sentido artístico de um espírito profundo e ao mesmo tempo filosófico antes mesmo que a filosofia enquanto tal o reconhecesse já exigiu e expressou a totalidade e a reconciliação, opondo-se àquela infinitude abstrata de pensamento [...]. Devemos a Schiller o grande mérito de ter rompido com a subjetividade e a abstração do pensamento kantiano [...] (HEGEL, 1999, p.78).

De acordo com Schiller (2014), somente a partir da experiência da sensibilidade estética é possível perceber nossa humanidade de forma pura e íntegra. Ficamos inacessíveis a ações externas como se o tempo parasse. A contemplação estética nos transforma, exigindo que nosso intelecto saia do comodismo, ou seja, deixe qualquer resistência e avance para um novo patamar da sensibilidade elevando o espírito e isso ocorre de modo natural e livre.

A *beleza*, para Schiller (2014), tem concepção de liberdade no fenômeno. O sujeito afetado pelo objeto é capaz de reconhecer o objeto em sua forma, e isso se dá pelo juízo estético. Com isso o filósofo sente a necessidade de outro elemento para explicar esse processo, e o chama entendimento. Para ele,

Unicamente a liberdade é o fundamento do belo; a técnica é apenas o fundamento da nossa representação da liberdade; aquela é, pois, o fundamento imediato, essa apenas a condição mediata da beleza. A técnica contribui para a beleza apenas na medida em que serve para suscitar a representação da liberdade (SCHILLER, 2002, p.92).

A explicação do *belo*, sugerido pela relação entre técnica e liberdade, em que a primeira é condição da última e este, fundamento do *belo*, harmonizam dois domínios distintos do homem, a saber, a *razão* e a *sensibilidade*. De acordo com Schiller (2014) todos os estágios pelos quais o homem passa, devem ser guiados por sua vontade. Não deve haver pressão externa, e assim se segue quando capaz de sentir os fenômenos. Apenas de acordo com sua vontade, conforme o homem for sendo afetado pelos fenômenos, conseguirá chegar a uma harmonia entre a razão e a sensibilidade.

Para Schiller (2014), então, os seres humanos são afetados pelos fenômenos, e os captam através da sensibilidade. Uma vez afetados pelo fenômeno somos capazes de

produzir juízo estético e identificar a forma desses fenômenos. Através do entendimento o homem perpassa estes estágios e chega à razão.

Partiremos agora para um contraponto entre os pontos levantados dentro das duas teorias abordadas até o momento, buscando analisar se existe a possibilidade de o ser humano tornar-se moral, através da educação Estética.

4. Kant e Schiller sob um olhar moral estético

Não se detendo somente ao belo ou às artes bem esboçadas e em suas qualidades estéticas, Kant faz uma abordagem crítica sobre a estética, de como nos postamos ao analisarmos a beleza de alguma coisa, e observando o critério ao qual norteia essa concepção do *belo*.

A *crítica do juízo estético* é o que possibilita distinguir a característica, a sensação, a emoção e o sentimento do *sublime*²³ e do *belo*, a noção da *beleza* da arte. A crítica do juízo estético desenvolveu-se no século XVIII, na cultura europeia, trazendo um equilíbrio entre os paradigmas estéticos, definindo gosto, a individualidade e subjetividade criadora.

A sensibilidade não é o que torna estética uma representação, pois a intuição sensível é elemento para conceitos e conhecimentos, porém nem por serem intelectuais às impossibilitam de serem estéticas.

Ao se referir ao *gosto*, *juízo*, Kant usa uma metáfora (“cortar as asas do gênio”), para explicar o tipo de disciplina desenvolvida e com a qual o *gosto* é analisado, ao afirmar que:

O gosto é [...] a disciplina do gênio; ele corta-lhe as asas, torna-o civilizado e polido; mas ao mesmo tempo dá-lhe uma orientação, indicando-lhe em que sentido e até onde ele deve estender-se para poder permanecer pertinente e, na medida em que introduz clareza e ordem na profusão dos pensamentos, torna as suas ideias consistentes, capazes de obterem uma aprovação duradoura e ao mesmo tempo universal e de serem seguidas por outros e assim promoverem uma cultura sempre crescente. Se, por conseguinte, em caso de conflito entre estas duas propriedades algo num produto [artístico] deve ser sacrificado, deve sê-lo preferentemente do lado do gênio; e o juízo [faculdade de julgar], que nos assuntos da bela arte profere a sentença a partir de princípios próprios, autorizará que se prejudique antes a liberdade e a riqueza da imaginação do que o entendimento. (KANT 2000, *apud* SANTOS, 2010, p, 32).

²³ Kant oferece uma caracterização parcial do sentimento de sublime, principalmente por meio de contraste com o belo: ambos aprazem, mas enquanto o belo encanta, o sublime "comove" o *Gemüt* (OBS p. 209, p. 47); o sublime deve ser simples, o belo adornado e ornamentado. (CAYGILL. *Dicionário Kant*, versão em pdf, 2000, p. 326).

Kant, em seus estudos, instiga sobre a possibilidade de se pensar algo que vá além da transcendência e a investigação e o conhecimento da natureza em sua totalidade, ou seja, ele traz para o juízo estético autonomia para determinar o objeto por meio da definição do próprio juízo. Para ele, o *juízo de estético* investiga a capacidade de julgar, de investigar o que é *belo* e porque o julgamos assim.

Schiller presenciou o debate sobre o fazer artístico, a manifestação do belo, da arte, da beleza, fundado como princípio de ciência, sobre a sensibilidade artística. Schiller, em 1791, estuda a obra kantiana, até 1796,

quando publica seu último ensaio filosófico *Sobre o Ingênuo e Sentimental* e retoma sua obra, *Cartas sobre a Educação Estética*, propondo um novo caminho para o homem, um evangelho da Arte e da Beleza. Experienciando o belo, a arte e a beleza, com um gosto refinado, Schiller demonstra força de vontade estética, de impulso lúdico, onde há uma perfeita harmonia entre desejos e princípios racionais e o exercício da moral. (SURDI JUNIOR, 2010, p. 16)

É pela cultura estética que o ser humano fortalece suas convicções e clarifica os seus sentimentos, edifica seu caráter e diferencia um caminho entre a religião e a política.

Schiller se interessa e se envolve com a *Crítica do Juízo*, a partir dela propõe uma releitura de pontos cruciais e não resolvidos por Kant. Porém, seu empenho de aprofundar os fundamentos da estética como uma disciplina filosófica o levam a apresentar uma nova interpretação do fenômeno da *beleza*, que segundo SURDI JUNIOR, 2010, p. 32:

a beleza como estado intermediário entre a matéria e a forma, ou seja, ela conduz o homem sensível à forma, ao pensamento, e o homem intelectual à matéria e ao mundo sensível. Tendo assim divergências quanto à teoria kantiana. Schiller expressa sua divergência: ‘(...) é certamente o primeiro testemunho de um confronto independente de Schiller com a *Crítica da Faculdade do Juízo* de Kant, pois o que salta aos olhos desde o início é seu esforço de repensar—com e contra Kant—os fundamentos da estética como uma disciplina filosófica autônoma’ (SURDI JUNIOR, 2010, p. 32, *apud* BARBOSA, 2005, p. 9).

Para Schiller, o verdadeiro valor moral está em cumprir o dever de modo espontâneo, não somente o cumprimento do dever, pois para Schiller o estado moral pode nascer apenas do estado estético, e nunca do físico, de modo que

(...) o homem deve possuir, em cada caso particular, a faculdade de tornar sua vontade e seu juízo da espécie; se deve encontrar a passagem de cada existência limitada para uma existência infinita; e deve poder elevar-se de todo estado dependente para a espontaneidade e liberdade, é preciso promover para que em nenhum momento ele seja somente indivíduo e sirva apenas a lei natural. Se deve ser capaz e estar pronto para elevar-se do círculo estreito dos fins naturais para os fins da razão, ele há de ter

realizado já sua determinação física com certa liberdade do espírito, isto é, segundo as leis da beleza (SCHILLER, 2014, p. 111).

Sendo assim, para que suas ações sejam consideradas puramente morais o ser humano precisa demonstrar espontaneidade absoluta e passiva, sem que isso gere qualquer sentimento vergonhoso ou de imposição, mas sim honroso.

Schiller afirma (carta XXII 2014, p. 105-107):

(...) Não se podem, portanto, chamar injustos aqueles que declaram o estado estético o mais fértil com vistas ao conhecimento e à moralidade. Têm plena razão, pois uma disposição da mente que abarca em si o todo da humanidade tem de encerrar em si também, segundo a capacidade, cada uma de suas manifestações isoladas; uma disposição da mente que afasta todos os limites da natureza humana tem necessariamente de afastá-los também de cada uma de suas manifestações isoladas. Por não proteger de modo exclusivo nenhuma das funções da humanidade, ela favorece todas sem exceção, e se não favorece nenhuma isoladamente é por ser a condição da possibilidade de todas elas. Todos os outros exercícios dão à mente uma aptidão particular e impõem-lhe, por isso, um limite particular; somente a estética o conduz ao ilimitado. Qualquer outro estado em que possamos ingressar remete a um anterior e exige, para sua dissolução, um subsequente; somente o estético é um todo em si mesmo, já que reúne em si todas as condições de sua origem e persistência. Somente aqui sentimos-nos como que arrancados ao tempo; nossa humanidade manifesta-se com pureza e *integridade*, como se não houvera sofrido ainda ruptura alguma pelas forças exteriores.

O que afaga nossos sentidos na sensação imediata abre nossa mente branda e móvel a toda impressão, mas torna-nos, na mesma medida, menos aptos ao esforço. O que dá tensão a nossas forças de pensamento e convi-da a conceitos abstratos fortalece nosso espírito para toda espécie de resistência, mas endurece-o na mesma proporção, tirando-nos tanta receptividade quanto nos proporciona de espontaneidade. Por isso mesmo, no final, um como o outro conduzem necessariamente ao esgotamento, pois a matéria não pode dispensar por muito tempo a força plasmadora, como a força não pode dispensar a matéria plasmática. Se nos entregamos, entretanto, à fruição da beleza autêntica, como senhores, a um tempo e em um grau idêntico, de nossas forças passivas e ativas, e com igual facilidade nos voltaremos para a seriedade e para o jogo, para o repouso e para o movimento, para a brandura e para a resistência, para o pensamento abstrato ou para a intuição.

Esta alta serenidade e liberdade de espírito, combinada à força e à energia, é a disposição e que deve deixar-nos em que deve deixar-nos a autêntica obra de arte, e não há pedra de toque mais segura da verdadeira qualidade estética. Se após uma fruição desta espécie achamo-nos dispostos de preferência a alguma maneira de sentir ou agir, mas inaptos e entediados para outras, isso serve como prova incontestada de que não experimentamos um efeito *puramente estético* – seja por causa do objeto ou de nossa maneira de sentir, ou ainda (como é quase sempre o caso) por causa dos dois.

Como na realidade é impossível encontrar um efeito estético puro (pois o homem não pode escapar à dependência das forças), a excelência de uma obra de arte pode apenas consistir em sua maior aproximação daquele Ideal de pureza estética e, por grande que seja a liberdade alcançada, sempre iremos abandoná-la com uma disposição e uma direção particulares. Quanto mais geral for esta disposição e quanto menos limitada for a direção que um determinado gênero de arte e um produto particular dele dão a nossa mente, tanto mais nobre será aquele gênero e tanto mais excelente será tal produto. Isso pode ser experimentando em obras de diversas artes e em diversas obras da mesma arte. Deixamos uma bela peça musical com a sensibilidade estimulada, o belo poema com imaginação vivificada, e o belo quadro ou edifício com o entendimento desperto; mas quem quisesse convidar-nos ao pensamento abstrato imediatamente após em alta fruição musical; utilizar-nos para um negócio comedido da vida comum, logo após uma alta fruição poética; afogear nossa imaginação e surpreender nosso sentimento, logo após contemplarmos belas telas e esculturas, não teria escolhido a hora certa. Assim é porque, por sua matéria, mesmo a música mais espiritual esta sempre numa maior afinidade com os sentidos que a suportada pela verdadeira liberdade estética; porque o mais bem-sucedido dos poemas sempre participa do jogo arbitrário e contingente da imaginação, como o *seu meio*, mais do que permite a necessidade interna do verdadeiro belo; porque o quadro mais excelente, e talvez este mais do que os outros, toca os limites da ciência mais séria pela *determinação de seu conceito*. Estas afinidades particulares perdem-se, contudo, a cada grau mais alto que uma obra de qualquer destas três espécies alcance, e é uma consequência necessária e natural de seu aperfeiçoamento que as diferentes artes se aproximem cada vez mais uma das outras em *seu efeito sobre a mente*, sem que percam seus limites objetivos. Em seu enobrecimento supremo, a música tem de tornar-se forma e atuar sobre nós com o calmo poder da Antiguidade: em sua perfeição suprema, as artes plásticas

têm de tonar-se música e comover-nos pela presença imediata e sensível; em seu desenvolvimento máximo, a poesia tem de prender-nos poderosamente, como a arte dos sons, as ao mesmo tempo envolver-nos com serena clareza como as artes plásticas. O estilo perfeito em cada arte revela-se no fato de que saiba afastar as limitações específicas da mesma, sem suprimir suas vantagens específicas, conferindo-lhe um caráter mais universal pela sabia utilização de sua particularidade. (...)

Schiller, no contexto em que vivia, trouxe uma proposta muito inovadora para a época, pois em suas ideias apresentava uma nova percepção de entendimento referente à moralidade. Advindo da vontade de reconstruir a estética e, também, demonstrando sua indignação frente à realidade em que vivia a política daquela época.

A seguir, traçaremos um breve esboço entre as principais concepções de Kant e de Schiller no tocante aos seus principais conceitos na Estética.

4.1 Sobre Kant e Schiller – breve balanço

Schiller buscando retomar o pensamento de Kant e reconstruir a Estética a partir da obra kantiana intitulada a *Crítica do Julzo*, absorve essas ideias e escreve a sua principal obra *A Educação Estética do Homem*.

Os escritos de Schiller compreendem dois períodos, um anterior a teoria kantiana e um posterior. Embora Schiller receba influência direta de amigos e, principalmente de Kant, ele tem seus temas de vida estabelecidos desde muito cedo e permanecem por toda vida, sendo eles: biologismo, sensualismo e moralismo²⁴.

Influenciado pelos escoceses, afirma (BAYER, 1995, p. 293-294), Schiller desenvolve uma filosofia eudemonista, onde o pensamento demonstra que a finalidade última do ser humano é a felicidade, e para atingir esta plenitude é necessário amor e sabedoria. Atingindo o homem o seu fim último, torna-se ele virtuoso e feliz. Esta observação sobre a influência escocesa e a filosofia eudaimonista é apenas um complemento à construção de ideias e caráter de Schiller, sua principal expressão escrita ainda esta por ser desenvolvida.

Schiller será o primeiro do século XVIII a defender com fervor a arte, afirmando que o homem antecede a beleza e tem repugnância a feiura. Em retomada ao pensamento de Kant, Schiller estabelece a teoria de que o ser humano torne-se moral através da beleza.

Para que homem atinja essa maturidade moral deve primeiramente tornar-se estético, pois segundo Schiller “quando cultivamos as nossas faculdades estéticas, cultivamos as nossas faculdades morais, de tal maneira que a educação estética torna indispensável à educação moral”. (SCHILLER, 2014, *apud* BAYER, 1995, p. 294).

A *beleza* para Schiller é o caminho para o homem se tornar harmonioso e feliz, e este pensamento é reflexo de toda influência que Schiller recebe até aqui. De fato, Schiller é dotado de um pensamento romântico, que segundo BAYER (1995, p. 294), a virtude é inspirada no prazer da felicidade e do amor, sendo a amizade um ramo secundário do amor. Para tanto, apenas as almas nobres seriam capazes de sentir. A beleza é a liberdade no fenômeno.

A obra de Schiller não possui cunho apenas estético, mas é carregada também de cunho sociológico. A busca pela reconstrução da Estética sob um novo olhar, um olhar característico de Schiller, carregado de romantismo e de moralismo contribui para repensar o modo político que se apresenta, tanto quando ele o escrevera, quanto no momento presente.

²⁴ Cf. BAYER, 1995, p. 293.

Schiller reporta o *belo* à *razão teórica* de Kant, dando-lhe desta forma autonomia. Para isso não poderá haver uma técnica determinada no modo de julgar, necessitando haver liberdade na aparência.

Observa-se a partir daí os instintos formal e sensível competentes ao ser humano que deve conseguir aliar de um lado a liberdade e autonomia, deve aqui o ser humano encontrar o equilíbrio entre o sensível e a razão, ou seja, a forma e a matéria. Poderíamos, a partir daí perguntar-nos se o sensível é a forma e a razão é a matéria.

Embora Kant considerasse a existência um abismo entre a forma e a matéria, Schiller coloca o estado estético entre as duas, seria o momento em que a razão estaria em estado de liberdade completa, sem determinação. Neste estado o ser humano encontra-se totalmente livre e extremamente capaz de realizar, criar e expressar a arte. Ao modo que o ser humano se percebe no domínio das artes ele reconhece o jogo de instintos que só encontrará equilíbrio através da beleza, que o conduzirá a passar pelos três estados para que se torne pleno de suas faculdades. Schiller afirma que não tem com saber quanto tempo o ser humano pode demorar a passar por este processo tampouco a ordem pode ser invertida, seja pela vontade ou pela natureza.

No primeiro estado o ser humano se encontra no estado físico, onde ele apenas sofre o poder na natureza. No segundo estado o ser humano se liberta do poder da natureza e atinge o estado estético. No terceiro estado o ser humano consegue dominar o estado moral. Precisamente passar por estes estados levará o ser humano ao seu estado de consciência de si mesmo.

Na construção de sua filosofia o grande erro de Kant foi atribuir o belo à razão teórica, ou seja, ao juízo e não à razão prática. Schiller atribuindo o belo a reprodução da prática consegue torná-lo autônomo e, levando à autonomia da liberdade na aparência. A representatividade da liberdade proporciona ao ser humano a realização do dever sem sentir-se pressionado por uma obrigação, cumprido o dever por uma ideia de realização prazerosa ao fazê-lo.

Na *XXIV Carta* Schiller pergunta-se: “Que é o homem antes da beleza suscitar-lhe o prazer livre e a forma serena abrandar-lhe a vida selvagem?” Sua resposta: “Eternamente, uniforme em seus fins, alternando eternamente em seus juízos, egoísta sem ser ele mesmo, desobrigado sem ser livre, escravo sem servir uma regra”. (SCHILLER, 2014, p. 113). Nesta narrativa de como o ser humano é sem a prevalência da educação estética, pressuposta pela moralidade, Schiller nos traz a imagem poética (uma *Ideia*, como a nomeia

o autor, no sentido de tarefa imposta pela razão, mas também um modelo) através de uma citação livre do *Ifigênia em Túrída*, ato I, III cena, de Goethe, (*apud* SCHILLER, carta XXIV, p. 114):

É certo que o poderoso torso dos titãs
E as entranhas vigorosas sejam...
Sua verdadeira herança; forjou-lhe no entanto
O Deus um liame brônzeo, envolvendo sua face;
Ponderação, calma e paciência e saber
Ocultou-lhe ao olhar esquivo, sombrio.
Todo desejo torna-se nele furor
E seu furor erra, sem fronteira, pelo mundo.

Schiller afirma que o ser humano nunca esteve por completo neste estágio de “voracidade selvagem”, mas também nunca dele saiu por completo. A sensibilidade estética, por meio da imaginação, possibilita ao ser humano a saída dos limites da animalidade. O ser humano não deve, entretanto, “ser nenhum dos dois: deve ser homem; a natureza não deve dominá-lo de maneira exclusiva, nem a razão deve dominá-lo condicionalmente. As duas legislações devem existir com plena independência, e ainda assim perfeitamente unidas”. (SCHILLER, 2014, p. 118).

E, ainda, afirma Schiller (Carta XXVII, 2014, p. 135-136):

(...) Em suas asas, mesmo a arte degradada pelo ganho escapa ao pó, as correntes da servidão partem-se ao contato de sua vara mágica, liberando tanto o vivo como o inerte. No Estado estético, todos – mesmo o que é instrumento servil – são cidadãos livres que têm os mesmos direitos que o mais nobre, e o entendimento, que o submete violentamente a massa dócil a seus fins, tem aqui de pedir-lhe o assentimento. No reino da aparência estética, portanto, realiza-se o Ideal da igualdade, que o fanático tanto amaria ver realizado também em essência; e se é verdade que o belo tom maduro mais cedo e com maior perfeição próximo ao trono, seria preciso reconhecer também aqui a bondosa providência que por vezes parece limitar o homem na realidade somente para impedi-lo a um mundo ideal. Existe, entretanto, tal Estado da bela aparência, e onde encontrá-lo? Como carência, ele existe em todas as almas de disposição refinada; quanto aos fatos, iremos encontrá-lo, assim como a pura igreja e a pura república, somente em alguns poucos círculos eleitos, onde não é parva imitação de costumes alheios, mas a natureza bela e própria que governa o comportamento, onde o homem enfrenta as mais intrincadas situações com simplicidade audaz e inocência tranquila, não necessitando ofender a liberdade alheia para afirmar a sua, nem desprezar a dignidade para mostrar graça.

Schiller aqui está se referindo ao *gosto* e, por certo, é o último trecho dessa sua obra, que mostra a sua ideia de igualdade proveniente da harmonia encontrada no *juízo do*

gosto. O *gosto* capaz de conduzir o conhecimento e transformar a sociedade em um ideal de bem comum.

5. Considerações Finais

Ao longo do trabalho mostramos como Schiller, influenciado pela *Crítica da Faculdade de Julgar* de Kant, desenvolveu a sua obra *A Educação Estética do Homem*.

Diante do cenário da Revolução Francesa e da visualização de uma modernidade nascente com o anúncio da obra de Kant e da *Aufklärung*, Schiller vê a necessidade de uma retomada e uma reestruturação da Estética.

Schiller descreve a possibilidade de através de uma educação estética, tornando a beleza um fundamento objetivo, construir um novo modo de pensar a moralidade. Schiller, atribui valor à sensibilidade para que o ser humano se torne totalmente pleno. A plenitude das faculdades e da humanidade se dão quando houver a harmonia entre o estado físico (sensível) e o estado moral (razão).

Através da sensibilidade saímos do comodismo, para que se atinja a elevação espiritual de forma natural e livre. O *belo* surge da harmonia entre a *razão* e a *sensibilidade*. Para isso, estes devem acontecer de forma natural, para que o ser humano seja capaz de perceber esses fenômenos. Com isso, na medida em que o ser humano for afetado pelos fenômenos e de acordo com a sua vontade conseguirá chegar a harmonização entre a *razão* e a *sensibilidade*.

O sentido da relação entre ser humano, objeto e natureza se dá quando há disponibilidade e liberdade para que seja prazeroso. Como vimos ao longo dos capítulos deste estudo, para Schiller o *juízo estético* se reflete na arte.

Kant impulsionou de modo crucial a reflexão sobre o *belo natural*, sendo que nenhum filósofo de qualquer época, e que se atenha à reflexão sobre a arte, poderá desprezá-lo. Independentemente das condições e da possibilidade do *juízo de gosto* Kant nos permite, perceber, em meio ao julgamento e a moralidade, a beleza das coisas.

A racionalidade possibilita ao ser humano legislar suas próprias normas, conceitos de liberdade e a própria razão. Schiller se propôs a estudar a estética com o desafio de dar a ela uma nova definição ao conceito de *belo*, devolvendo a sensibilidade ao ser humano.

Para Schiller o ser humano pode chegar a tornar-se verdadeiramente pleno em todas suas faculdades, se através de sua vontade, deixar guiar-se e perpassar os diferentes estados:

o estado físico, o estado estético e o estado moral. E, podemos afirmar ainda, passar por estes estados levará o ser humano ao estado de consciência de si mesmo.

Iniciamos esta pesquisa com a pergunta filosófica: Há possibilidade de o ser humano tornar-se moral através da educação estética? Com Schiller obtemos a resposta de que é possível mediante a cultura ou a educação estética, quando esta se encontra num “estado de jogo” admirando a *beleza*, assim o ser humano terá a possibilidade de desenvolver plenamente suas capacidades tanto sensíveis quanto intelectuais.

6. Referências Bibliográficas

BARBOSA, Ricardo J. Corrêa. **A especificidade do estético e a razão prática em Schiller**. Kriterion, Belo Horizonte, nº 112, dez, 2005, p. 229-242.

BAUMGARTEM, A.G. **A estética**. In: Rodrigo Duarte (org.) *O belo autônomo: textos clássicos de estética*. Belo Horizonte: Autêntica Editora; Crisálida, 2012, p. 69- 87.

BAYER, Raymond. **História da estética**. Lisboa: Editorial Estampa, 1995.

BUENO, Vera C. de A. **Moralidade e Juízo**: algumas considerações sobre a proposta kantiana. Disponível em:

<http://oquenosfazpensar.fil.puc-rio.br/import/pdf_articles/OQNFP_32_12_vera_cristina_de_andrade_bueno.pdf> Acesso em: 13/03/2020.

CARCHIA, G.; D'ANGELO, P. **Dicionário de estética**. Lisboa: Edições 70, 1999, p. 51-55; 109-113.

CAYGILL, Howard. **Dicionário Kant**. Trad. Álvaro Cabral; revisão técnica, Valério Rohden. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000. Disponível em:<<https://www.scribd.com/document/181078946/Dicionario-De-Kant-HOWARD-CAYGILL>>. Acesso em: 13/03/2020.

DURKHEIM, Emile. **As Regras do Método Sociológico**. 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

FRIEDRICH, Gaspar David. **Caminhante sobre o mar de névoa**. 1818. 1 ilustração. Disponível em:<wikiart.org/pt/caspar-david-friedrich/caminhante-sobre-o-mar-de-nevoa-1818>. Acesso em 13/04/2020.

HEGEL, G.W. **Cursos de estética**. Trad. de Marco A. Werle. São Paulo: Edusp, 1999.

KANT, Immanuel. **Crítica da razão pura**. Trad. de Tania M. Bernkopf *et al.* São Paulo: Abril Cultural, 1980a.

_____. **Crítica da faculdade do juízo**. Trad. de Valério Rohden e Antonio Marques. Rio de Janeiro: Forense, 2000.

_____. **Da arte e do gênio**. Trad. de Rubens Rodrigues Torres Filho. São Paulo: Abril, 1980b.

_____. **Fundamentação da Metafísica dos Costumes**. Trad. de Tania M. Bernkopf *et al.* São Paulo: Abril Cultural, 1980c.

_____. **Prolegômenos a toda a metafísica futura**. Trad. de Tania M. Bernkopf *et al.* São Paulo: Abril Cultural, 1980d.

_____. **Crítica da Razão Prática**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

PASCAL, Georges. **Compreender Kant**. Introd. e trad. de Raimundo Vier. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

RODRIGUES, Adriana S. L.; ARAUJO, Diego, M. B. de. **Fundamentos do Pensamento Moral em Kant**. Teorias e Filosofias do Estado, e-ISSN: 2525 – 9652. Minas Gerais. V. 1, n. 2, p. 231 – 250. Jul/Dez. 2015.

SALGADO, Joaquim Carlos. **A ideia de justiça em Kant**: seu fundamento na liberdade e na igualdade. 3ªed. Belo Horizonte: Ed. Del Rey, 2012.

SANTOS, L. R. dos. **A concepção kantiana da experiência estética**. Trans/Form/Ação, Marília, v.33, n.2, p.35-76, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/trans/v33n2/v33n2a04>>. Acesso em 14/03/2020.

SANTOS, Rone E. **Sobre o lugar do juízo de gosto na estética kantiana**. Existência e Arte. Revista Eletrônica do Grupo PET. Ciências Humanas, Estética e Artes da Universidade Federal de São João Del-Rei - Ano III - Número III – janeiro a dezembro de 2008.

SCHILLER, Friedrich. **A educação estética do homem**: numa série de cartas. Trad. de Roberto Schwarz e Márcio Suzuki. 8. ed. São Paulo: Iluminuras, 2014.

SCHILLER, Friedrich. **Do Sublime ao trágico**. Org. Pedro Sússekind; Trad. de Pedro Sússekind e Vladimir Vieira. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

SCHILLER, Friedrich. **Kallias ou Sobre a beleza**. Trad. de Ricardo Barbosa. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

SURDI JUNIOR, Sidney A. **A idéia de Beleza Moral em Schiller**. Dissertação de mestrado. Curitiba: UFPR, 2010. Disponível em: <http://www.humanas.ufpr.br/portal/filosofia/files/2016/02/1335291033Disserta%C3%A7%C3%A3o_Mestrado_-_Sidney_Antonio_Surdio_Junior.pdf>. Acesso em: 14/04/2020.

VIEIRA, V. **Os dois sublimes de Schiller**. In: Friedrich Schiller. Do sublime ao trágico. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011, p. 7-17.

Referências Bibliográficas Complementares

ANDRADE, Renata C. L. **A moral kantiana do Dever (Sollen)**. *Problemata: R. Intern. Fil.* v. 5. n. 2 (2014), p. 5-19 e-ISSN 2236-8612

BARBOSA, Ricardo J. Corrêa. **Schiller & a cultura e estética**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

DUARTE, Rodrigo; et al. **Belo, Sublime e Kant**. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

FIGUEIREDO, de Vinicius. **Kant & a Crítica da razão pura**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

KERSTING, Wolfgang. **O fundamento de validade da moral e do direito em Kant**. In: Kant e o Direito Alexandre Travessoni Gomes (Coordenador) Mandamentos, 1ª ed. Belo Horizonte, 2009.

ROSENFELD, Kathrin H. **Estética**. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.

SCHILLER, F. **Cultura estética e liberdade**. Trad. e org. de Ricardo Barbosa. São Paulo: Hedra, 2009.

SUASSUNA, Ariano. **Iniciação à estética**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 2008.

PEREIRA, Rômulo Martins. **A herança de Hume ao pensamento teórico de Kant**. Número XVII. V.I. agosto de 2014. Disponível em <http://www.ufjf.br/eticaefilosofia/files/2009/08/17_1_pereira.pdf>. Acesso em 23/01/2020.

TOLLE, Oliver. **Luz Estética: A ciência do sensível em Baumgarten entre a arte e a iluminação**. Universidade de São Paulo. São Paulo. 2007.

WOOD, Allen W. **Kant**. Trad. de Delamar José Volpato Dutra. Porto Alegre: Artmed, 2008.